



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

### RURALIDADES SUL RIOGRANDENSES: um retrato através da dialética entre indicadores econômicos e sociais

SOUTHERN RIOGRANDENS RURALITIES: a portrait through the dialectic between economic and social indicators

LUSA, Mailiz Garibotti<sup>1</sup>  
MENDO, Maria Luiza<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho trata sobre as relações entre o espaço urbano e rural e, especificamente, a diversidade de características que compõe as ruralidades presentes no Rio Grande do Sul. Com o intuito de estabelecer uma correlação utilizou-se uma análise de dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDHM), bem como do resultante desses com o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária de cada Região. A Lei Geral de Acumulação Capitalista de Marx fundamentou e subsidiou a análise dos dados socioeconômicos das Regiões Funcionais. Dessa maneira, acredita-se que as diversas especificidades que compõe o Estado serão vislumbradas.

**Palavras-Chaves:** Ruralidades; IDHM; PIB; VAB.

#### ABSTRACT

This work deals with the relationship between urban and rural space and, specifically, the diversity of characteristics that make up the ruralities present in Rio Grande do Sul. In order to establish a correlation, an analysis of data on the Produto Interno Bruto (PIB) was used and the Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), as well as the resultant of these with the Valor Adicionado Bruto (VAB) of Agriculture in each Region. The General Law of the Accumulation Capitalist of Marx reasoned and supported the analysis of socio-economic data of the Regiões Funcionais. Thus, it is believed that the various characteristics that make up the State shall be glimpsed.

**Keywords:** Ruralities; IDHM; PIB; VAB.

<sup>1</sup> Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mailiz@ufrgs.br.

<sup>2</sup> Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marialuizamendo2@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Há no Rio Grande do Sul diferenças e semelhanças no modo de vida, de uso da terra e de produção, o que confere ao território distintas formas de ruralidades. O reconhecimento destas exige que a análise sócio-histórica esteja articulada às particularidades políticas e econômicas, como também sociodemográficas, geomorfológicas, climáticas, dos solos e águas, dos diferentes biomas (Mata Atlântica e Pampa), e de todos os processos determinantes para sua caracterização. Tal movimento é de extrema importância visto que as regiões do Estado têm processos de constituição muito semelhantes e, ainda assim, não se desenvolveram da mesma maneira. Logo, compreende-se que o rural é rico em suas particularidades, não podendo ser definido em um único conceito.

Neste artigo será abordado as relações entre o espaço urbano e rural e, particularmente, a diversidade de características que compõe as ruralidades presentes no território sul-rio-grandense. Serão apresentados dados sócio econômicos com o intuito de estabelecer uma correlação por meio da análise de dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB)<sup>3</sup> e o Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDHM)<sup>4</sup>, bem como do resultante desses com o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária de cada Região. Dessa maneira, acredita-se que parte considerável das diversas especificidades que compõe o Estado serão vislumbradas.

Dentre as fontes documentais usadas estão o relatório do Perfil Socioeconômico das microrregiões denominadas de Conselho Regional de Desenvolvimento, comumente chamadas por COREDEs, especialmente os dados de economia e os indicadores sociais, os quais serão analisados de forma articulada aos dados do IBGE Cidades. A perspectiva de análise se orienta pela indissociabilidade entre o rural e o

---

<sup>3</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos – agropecuária, indústria, serviços, adicionado aos impostos, recolhimentos líquidos, livres de subsídios, sobre produtos – por um país, estado ou cidade, considerados no período de geralmente um ano. Neste sentido, este dado econômico é o principal indicador da produção de valores monetários em determinado território, a fim de saber se a produção econômica está crescente, estagnada ou decrescente. Logo, este indicador acaba sendo uma espécie de termômetro da economia no sentido produtivo dos setores.

<sup>4</sup> O IDH é uma medida geral e sintética usada para classificar grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Varia em uma escala que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Atualmente, as três dimensões que constituem o IDH são: *Renda*; *Saúde/Longevidade*; e *Educação*. O IDH também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões, gerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

urbano e ainda considera a implicação da formação sócio histórica para a atual configuração do Estado. Mostra-se importante ressaltar que a delimitação dos COREDEs foi proposta pela Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN), elaborada por um grupo técnico do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), que oferece um diagnóstico elaborado a partir de uma base de dados comum a todas as regiões, como subsídio ao processo de planejamento do Estado e de cada COREDE.

O material ora apresentado é parte constitutiva da pesquisa “Questão Agrária, ruralidades e Serviço Social: requisições e implicações para a formação e o trabalho profissional no Rio Grande do Sul”. Aqui se busca discutir a relação entre campo e cidade com base nos dados do PIB, do IDHM e do VAB de cada região, com foco no reconhecimento das ruralidades, à luz da análise da lei geral da acumulação capitalista e da categoria questão social na sua correlação com a questão agrária e as ruralidades sul riograndenses. A investigação fundamentou-se na perspectiva teórica do materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa e tipo de pesquisa bibliográfica e documental, que foi realizada no âmbito de um projeto de iniciação científica na área de Serviço Social.

## **2 O RETRATO DA PRODUÇÃO ECONÔMICA NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO ESTADO**

A premissa de que se parte é a lei geral de acumulação capitalista, que aponta, numa síntese inicial, que quanto mais concentrados os meios de produção e quanto maior e mais concentradas estiverem estas riquezas – socialmente produzidas – nas mãos de poucos, inversamente tanto maiores também serão a exploração e empobrecimento que amargurará maioria da população (MARX, 2013). Eis o caráter antagônico da acumulação capitalista, que é fundamental para compreender a relação interna e externa das regiões funcionais, bem como a relação campo e cidade. Acredita-se que o olhar atento para os indicadores econômicos associados aos indicadores sociais poderá trazer contribuições contundentes para compreender o objeto foco de análise, que neste caso é a configuração das diferentes ruralidades presentes em todo RS. Para isso, antes é preciso considerar que,

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. [...] Por fim, quanto maior forem as camadas mais lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. **Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista** (MARX, 2013, p. 720. Grifos no original).

Expressa-se aqui a confluência dos elementos que compõem a lei geral: quanto maior for a riqueza social, o capital ativo em funcionamento, a dinâmica superavitária, a quantidade da população trabalhadora e a potência de sua força de trabalho, tanto maior será o exército de reserva, cuja existência aumentará a taxa de mais valia. Esta é a dialética antagônica do sistema. E também é a base para compreender as expressões da questão social.

Segundo a tradição marxista, com o desenvolvimento das condições de acumulação na sociedade burguesa, ainda que se diminua ou suprima a exploração do trabalho pelo capital, não haverá redução da produção de riquezas. Isso significa que instalado o sócio metabolismo capitalista, as desigualdades de classe se agravarão de forma exponencialmente crescente, uma vez que estará instalada a potencialidade produtiva e de concentração do capital. “A ‘questão social’, nesta perspectiva teórico-analítica, [...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46).

Isso também significa que,

Com o aumento da potencialidade produtiva do capital [...], ou seja, com a ampliação da escala de produção (com maior produtividade e maior composição orgânica do capital), amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior expulsão deles (SIQUEIRA, 2013, p. 165).

À estas reflexões, é imprescindível acrescentar que as manifestações da questão social vão trazer consigo “traços particulares [que] vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região” (PASTORINI, 2010, p. 101).

Considerando, segundo a lei geral de acumulação capitalista, a existência de uma relação direta entre a riqueza e a pobreza inversamente produzidas, serão dedicados esforços neste item para compreender como esta relação ocorre no Rio Grande do Sul, bem como o comportamento da produção agropecuária na relação produção de riqueza *versus* pobreza nas regiões funcionais do estado.

Em termos da produção de riquezas, o estado “é atualmente a quarta economia do Brasil pelo tamanho do PIB, chegando a R\$ 381,9 bilhões. O RS participa com 6,3% do PIB nacional, sendo superado apenas pelos estados de São Paulo (32,4%), Rio de Janeiro (11%) e Minas Gerais (8,7%)” (RIO GRANDE DO SUL, 2019). Por sua vez, o IDH do Rio Grande do Sul, referente ao ano de 2010, encontrava-se em um alto nível de desenvolvimento com um índice de 0,746.

Embora os dados publicados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão não identifiquem a posição do RS em relação aos demais estados brasileiros no que tange seu IDH, é possível identificar, de forma geral, que o RS possui bons indicadores de desenvolvimento social. No entanto, entende-se que para compreender a dinâmica interna do estado, é importante observar tais dados em cada Região Funcional (RF). Ao analisar o PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) será possível uma maior compreensão sobre a dinâmica da região, como se constitui a população e outros fatores que podem revelar a dinâmica rural e urbana regional. Reitera-se aqui a importância desses indicadores, no sentido da abrangência que possuem, pois, de modo geral, todos homens e mulheres são alcançados por tais variáveis.

Primeiramente, selecionou-se os municípios que apresentaram o maior PIB Total em cada uma das nove RFs do estado. Na sequência trabalhou-se com os maiores PIB Per Capita e os menores IDHM em cada RF. Tais dados foram sintetizados a partir dos relatórios das RFs e seus COREDEs.

Abaixo apresenta-se os dados dos municípios com maior PIB Total dentro de cada Região Funcional e o correspondente PIB *per capita*, adicionando a posição dentro do RS em cada situação.

Tabela 1 – Posição dos municípios nos PIB total e per capita, por RF

RF	Município	PIB Total (R\$)	Posição PIB Total	PIB Per capita (R\$)	Posição PIB Per capita
1	Porto Alegre	45.506.017,00	1º	49.740,90	56º
2	Santa Cruz do Sul	4.943.635,00	10º	64.653,78	19º
3	Caxias do Sul	16.636.859,00	2º	44.927,71	96º
4	Osório	735.173,00	39º	45.569,04	88º
5	Rio Grande	8.194.552,00	5º	44.014,66	100º
6	Bagé	1.464.444,00	26º	24.601,29	330º
7	Ijuí	2.050.892,00	21º	38.341,14	142º
8	Santa Maria	4.424.627,00	12º	25.686,04	303º
9	Passo Fundo	6.275.398,00	8º	43.183,62	103º

Fonte: as autoras, a partir de dados da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Na análise dos dados nota-se que embora bem posicionados na sua região, quando considerado o PIB Total, alguns municípios apresentam posição econômica bastante baixa quanto à participação do PIB Per capita em relação aos 497 municípios do Rio Grande do Sul. Neste sentido, dos municípios acima apresentados, o pior desempenho do PIB Per capita é de Bagé (RF 6) e o melhor desempenho é de Santa Cruz do Sul (RF2).

Para o desenvolvimento deste trabalho, deliberou-se dedicar esforços de interpretação e análise para dois municípios que possuem dados de PIB total e PIB *per capita* bastante distintos, quais sejam, Bagé e Santa Maria, bem como para o único município ilustrados na Tabela 1 que possui significativa proximidade entre os mesmos dados, qual seja, Santa Cruz do Sul.

Bagé tem dimensão territorial bastante elevada, com densidade populacional baixa no comparativo com outros municípios e mesmo com outras RFs, tendo em sua economia forte participação do setor agropecuário (posição 37<sup>o</sup> na composição do VAB agropecuário do RS). O principal ponto que se deve considerar é que em toda RF6 e, logo, também em Bagé o tamanho das propriedades agrícolas é elevado, ficando na faixa de 15,01 a 36,30 o percentual de estabelecimento agropecuários com tamanho acima de 500 hectares (RIO GRANDE DO SUL, 2019). Tal dado pode auxiliar a compreender que apesar de ser o município com maior PIB Total da RF6, ocupando a 26<sup>a</sup> posição no RS, quando considerada a divisão *per capita* o município perde posição para cerca de dois terços dos demais municípios sul riograndenses, caindo para a 330<sup>a</sup> posição. Um agravante é que apesar de ser o município mais populoso da RF6 [121.143 hab. – 17<sup>o</sup> mais populoso do RS], possui baixa densidade populacional, com 28,52 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), o que poderia ajudar para que o PIB *per capita* não caísse tanto, o que não ocorreu. Isso significa que há muito mais concentração de riqueza proporcionalmente a outros municípios. Além disso, evidencia-se, no exemplo de Bagé, uma elevada produção de riquezas, que associada à concentração fundiária permite apontar que há desigual distribuição desta riqueza socialmente produzida. Se ainda for associado o dado do IDHM de Bagé, que é de 0,740, ocupando a posição 157<sup>a</sup> no RS, confirma-se que a riqueza econômica total produzida não encontra a mesma correlação na posição do desenvolvimento humano.

Diferenciando-se de Bagé, Santa Maria é um dos municípios mais populosos do RS, com 282.123 hab. [5º mais populoso do RS] e com alta densidade populacional, com 145,98 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Este município exerce papel econômico e administrativo importante, inclusive pela sua localização central no Estado. Seu VAB Agropecuário ocupa a 38ª posição de destaque no Estado, enquanto o VAB Indústria fica na casa da 26ª posição e o VAB Serviços tem expressão estadual mediana, na 211ª posição. Seu PIB Total tem destaque, conforme apontado na Tabela 1 acima, ocupando a 12ª posição. Porém, possivelmente pela alta densidade populacional, o PIB Per capita cai para a 303ª posição. No caso de Santa Maria, tanto a diferença entre o PIB total e o *per capita* merece ser melhor investigada, como também o fato que o VAB Serviços não tem expressão no âmbito estadual, apesar deste município comportar, inclusive, a Universidade Federal de Santa Maria, que contribui para uma significativa geração e circulação de divisas no setor dos serviços.

Observando agora o município de Santa Cruz do Sul, que também é centro universitário, embora de menor porte se comparado com Santa Maria, conclui-se que não há uma grande diferença no conjunto de todos os indicadores econômicos. Este município também é de médio/grande porte populacional no RS, com 130.416 hab. Embora tenha menos da metade da população de Santa Maria e pouco mais que a população de Bagé, ocupa a 15º posição dentre os municípios mais populosos. Sua densidade populacional é mais alta que Santa Maria, com 161,40 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Seu VAB Agropecuário ocupa a 44ª posição estadual e o VAB Serviços a 11ª posição. O grande destaque é que o VAB Indústria se encontra na 9ª posição no RS, bem acima de Santa Maria e de Bagé. Considerando que o PIB Total é o 10º na economia gaúcha e que o PIB *per capita* também tem posição de destaque (19ª), ainda que o município tenha alta densidade populacional, chega-se à conclusão de que há maior proporcionalidade entre o que é produzido no município e a escala da sua distribuição *per capita*. Caso de fato a distribuição *per capita* fosse a real distribuição de riquezas, no caso deste município se poderia afirmar que a socialização da riqueza teria alcançado um bom ponto de equilíbrio.

### 3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANÁLISE

Considerando que, tão importante quanto a análise da dinâmica econômica, é também observar o desenvolvimento humano dos municípios e Regiões Funcionais do estado, passa-se a somar às reflexões do item anterior a apresentação e análises da dimensão do desenvolvimento humano. De pronto, salienta-se as afirmações resultantes das análises somente podem ser feitas na correlação com os dados demográficos, políticos e econômicos das regiões e municípios.

Se observado o IDHM a partir de cada RF, chega-se aos seguintes dados.

Tabela 2 – Posição dos municípios no IDHM por RF

RF	Maior	Índice	Posição no RS	Menor	Índice	Posição no RS
1	Porto Alegre	0,805	1º	Dom Feliciano	0,587	496º
2	Lajeado/Nova Brésia	0,778	16º/17º	Herveiras	0,616	492º
3	Carlos Barbosa	0,796	2º	Jaquirana	0,614	493º
4	Capivari do Sul	0,766	40º	Mampituba	0,649	464º
5	Rio Grande	0,744	134º	São José do Norte	0,623	487º
6	Uruguaiana	0,744	135º	Hulha Negra	0,643	471º
7	Horizontina	0,783	11º	Redentora	0,631	482º
8	Lagoa dos Três Cantos	0,789	5º	Jari	0,631	483º
9	Três Arroios	0,791	4º	Lajeado do Bugre	0,613	494º

Fonte: as autoras, a partir de dados da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Quando se analisa o aspecto do desenvolvimento humano municipal, evidencia-se que Porto Alegre encontra-se na faixa<sup>5</sup> de muito alto desenvolvimento, enquanto os demais municípios da primeira coluna tem alto desenvolvimento humano.

Se analisada a população destes municípios, segundo a estimativa do IBGE Cidades (IBGE, 2019), quatro são de grande porte, tanto para a RF quanto para o Estado: Porto Alegre [1.483.771 hab. – 1º mais populoso do RS], Rio Grande [211.005 hab. – 10º mais populoso do RS], Uruguaiana [126.970 hab. – 14º mais populoso do RS] e Lajeado [84.014 hab. – 28º mais populoso do RS]. Estas cidades configuram-se como centros administrativos e de serviços regionais, especialmente as três primeiras, e são centros econômicos importantes tanto para a região, quanto para o Estado.

<sup>5</sup> As faixas de desenvolvimento humano municipal seguem os seguintes parâmetros: 0,0 à 0,499 equivale à muito baixo; 0,5 à 0,599 equivale à baixo desenvolvimento; 0,6 à 0,699 equivale à médio desenvolvimento; 0,7 à 0,799 equivale à alto e 0,8 à 1,0 equivale à muito alto desenvolvimento.

Porto Alegre, além de ser a cidade mais populosa do RS, é a 10ª do Brasil em contingente populacional, caindo no indicador do PIB *per capita* para a posição 56ª, conforme já apontado, o que indica que precisam ser melhor investigados os dados socioeconômicos que permitam uma análise da dinâmica do município, que possibilitem a análise das expressões da questão social. Rio Grande, além de ser o 10º município mais populoso, também tem bastante importância econômica estadual e mesmo nacional, por ter em seu território um dos portos mais antigos e importantes para o Brasil, o que certamente contribui para ter o 5º maior PIB Total, caindo para a 100ª quando se faz a distribuição *per capita*. Uruguaiana é outro município que tem destaque não somente no IDHM, mas politicamente, sendo um dos municípios de fronteira com a Argentina mais importantes do Brasil. No plano do desenvolvimento econômico, seu PIB Total ocupa a 29ª posição no estado, enquanto no PIB *per capita* está na 390ª no RS, ou seja, no grupo dos últimos 25% de municípios na escala deste indicador. A este último dado é necessário vincular a característica da presença do latifúndio agropecuário associado à baixíssima densidade populacional, o que possibilita a compreensão da concentração de terras e de riqueza na região, tal como ocorre em Bagé, conforme acima analisado.

Mostra-se relevante considerar que o bom desenvolvimento humano parece estar mais relacionado ao modelo de administração do município, diferentemente do que a distribuição do PIB analisada a partir da Tabela N.01, que possibilitou identificar o bom desempenho diretamente proporcional à centralidade econômica regional. Além disso, apesar do conjunto dos municípios destacados possuírem o maior PIB em relação aos demais das suas respectivas RFs, nota-se a discrepância entre eles no que tange aos valores produzidos e às áreas econômicas de destaque.

De forma geral, comparando todas as regiões funcionais entre si, nota-se que a grande diferença entre os PIBs está em consonância com a importância e expressividade de cada um na economia do Estado. Mostra-se importante ser observado que as mesmas RFs que apresentam o maior e o menor PIB também apresentam, respectivamente, o menor e o maior IDHM. Como pode se observar na Região Funcional 1 (RF1), a qual é composta por Porto Alegre com o maior PIB entre as regiões e por Dom Feliciano com o menor IDHM. Isso aponta que onde há concentração de riqueza acumulada, há no seu reverso a produção dos menores índices de desenvolvimento humano, o que guarda relação com o empobrecimento. Logo, salta um fato em comum

entre os locais que apresentam um IDHM mais elevado, que é o de serem – de forma geral – áreas com maiores percentuais de população no meio rural e um PIB baixo em relação às regiões mais urbanizadas.

#### **4 INDICADORES ECONÔMICOS E HUMANOS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: que relação há?**

Com base na análise realizada até este momento, pode-se notar que o PIB e o IDHM das regiões estão intrinsecamente associados aos elementos econômicos e de gestão pública que as constituem. A partir de breve e último item pretende-se empreender esforços para verificar a existência ou não de correlação de tais indicadores com a produção agropecuária. Assim, passa-se a analisar as informações anteriores juntamente com o Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor agropecuário.

Antes disso, é interessante registrar que esse indicador é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de toda a riqueza que foi produzida em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) Total é a soma dos VABs setoriais, incluindo-se os dividendos gerados no âmbito da administração pública – que integra o VAB Serviços –, e dos impostos. A distribuição regional do VAB no Rio Grande do Sul, em 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2019), demonstra uma concentração espacial em determinadas regiões. A Região Funcional 1 e, nela, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí é o que apresenta maior participação, principalmente devido a influência do município de Porto Alegre que contribui com 17,5% do VAB estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Ademais, os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra, juntos, participam com 49,3% do VAB gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2019). O primeiro destaca-se por comportar a capital gaúcha no seu território, o segundo a região metropolitana e o último por conter um dos principais centros urbanos do estado, a cidade de Caxias do Sul. O COREDE Serra inclui parte da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e apresenta a terceira maior concentração populacional do Estado, formando um aglomerado urbano (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Por essas características, constitui, juntamente com os COREDEs citados, um eixo de grande concentração urbana, industrial e de serviços, registrando intenso fluxo diário de pessoas motivado pela centralidade na localização de empregos, de infraestruturas

de transporte e de comunicações, de universidades, centros de pesquisas, de formação de mão de obra e de serviços de saúde. Mostra-se importante ressaltar que a cidade de Porto Alegre e Caxias do Sul apresentam os maiores PIBs de sua RF, assim como em relação às demais. No seu reverso, também apresentam os municípios com os menores IDHM em todo o estado.

Mediante as informações obtidas calculou-se a participação dos setores indústria, serviços e agropecuária no Valor Adicionado Bruto do Estado. Sendo assim, identificou-se que o VAB serviços é responsável por 61% do total, enquanto a indústria apresenta 32% e a agropecuária apenas 7%. É necessário apontar que em 2015 esta participação era maior, visto que “o setor agropecuário apresentou, de acordo com os dados do ano de 2015, uma participação de 9,4% da estrutura do VAB, com forte associação com o setor Agroindustrial” (RIO GRANDE DO SUL, 2019, s.p.). Evidencia-se, assim, que o dado econômico específico da agropecuária vem caindo em importância na composição do VAB total, o que, de alguma forma encontra correlação com o forte fluxo migratório do campo para a cidade, que iniciou ainda na década de 1940, sendo é contínuo e permanente.

Por outro lado, é necessário também considerar que

De acordo com estudos existentes<sup>6</sup>, se somadas as atividades agroindustriais, esta participação chega a aproximadamente 30% da estrutura econômica, além de ser o setor econômico mais desconcentrado no território. Deve-se ressaltar, no entanto, que o setor Agropecuário tem sido fortemente impactado por estiagens prolongadas que, em grande medida, explicam os relativos baixos resultados de algumas safras que acabaram influenciando negativamente no PIB, como no caso dos anos de 2004 e 2005 (RIO GRANDE DO SUL, 2019, s.p.).

Os municípios de Cachoeira do Sul, Uruguaiana, Tupanciretã, Dom Pedrito, Alegrete, São Gabriel, Itaqui, Santa Vitória do Palmar, Vacaria, São Borja, Muitos Capões e Palmeira das Missões se destacaram em 2015 por apresentar VAB Agropecuário superior a 300 milhões de reais. Grande parte dos municípios gaúchos tem o cultivo de grãos como produção principal (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Ainda é fundamental destacar que dentre os 15 municípios sul riograndenses que possuem maior índices de VAB Agropecuário, a maioria encontra-se na Região Funcional

---

<sup>6</sup>A referência que o autor faz é da SEPLAN/ Estudos de Desenvolvimento Regional e Logística do RS - Rumos 2015.

6 (RF6). Esta é a Região da Campanha, a qual possui o maior percentual de grandes propriedades rurais (latifúndios). No polo contrário, dos quinze municípios que possuem menor participação econômica no VAB Agropecuário dentre os 497 do RS, dez são da Região Funcional 1 (RF1), que envolve os municípios mais próximos da região metropolitana de Porto Alegre.

Por fim, há de se ressaltar que, apesar da baixa representatividade na economia, o setor possui grande importância para os pequenos municípios, onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades, principalmente de comércio e serviços. Isso fica comprovado quando na análise geral dos valores agropecuários produzidos no estado, nota-se que cerca de 46% do VAB Agropecuário estadual (aproximadamente R\$ 14 bilhões) é oriundo de municípios com menos de 10 mil habitantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer uma correlação entre todas as regiões funcionais, conclui-se que o conjunto dos indicadores evidenciam que a grande diferença entre os PIBs está em consonância com a importância e expressividade de cada um na economia do Estado. Nota-se que as mesmas RFs que apresentam o maior e o menor PIB também apresentam, respectivamente, o menor e o maior IDHM. Isso aponta que onde há concentração de riqueza acumulada, há no seu reverso a produção dos menores índices de desenvolvimento humano, o que guarda relação com o empobrecimento. Logo, salta um fato em comum entre os locais que apresentam um IDHM mais elevado, que é o de serem, em sua maioria, áreas com maiores percentuais de população no meio rural e um PIB baixo em relação às regiões mais urbanizadas.

O pauperismo a que foram e continuam sendo submetidas as populações rurais de todo o canto não se expressa de forma diferente no Rio Grande do Sul. Outrossim, a ampliação das expressões da questão social são elementos de expulsão de trabalhadores e suas famílias do campo, gerando e/ou ampliando os vazios populacionais que dão espaço às grandes plantações e aos intermináveis campos pecuários. O aguçamento da pauperização no campo conduz ao aprofundamento da pauperização na cidade.

A diversidade constitutiva do rural em cada uma das RFs analisadas é evidente, assim como são explícitas, inclusive, as similitudes. Conseguir olhar para o rural a partir

da análise de dados que, muitas vezes, são situados numa seara bastante distante do Serviço Social é um dos desafios permanentes que precisam ser encarados no cotidiano de pesquisa, formação e trabalho profissional.

## REFERÊNCIAS

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades@**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27/03/2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Cinco notas à propósito da “questão social”. **Temporalis**. ABEPSS, Ano. 2, n. 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001. p. 41-49.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. [Coleção questões da nossa época; v.17].

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 12/03/2020.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social**. Diferentes concepções e compromissos políticos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.